



INSTITUTO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DA ALEGRIA

Disciplina: METODOLOGIA E DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR

Docente: Prof. Me Cláudio Silva

Texto Complementar IV

O conhecimento: o que significa?

“Todos os homens têm, por natureza, o desejo de conhecer”.

Aristóteles, *Metafísica*

(...) o ser humano, ao longo do tempo, encontrou caminhos diversos para conhecer e compreender a si mesmo e o mundo em que vive. O senso comum, o mito, o conhecimento teológico, o conhecimento filosófico e o conhecimento científico foram e ainda são formas que o homem utiliza para compreender o que se apresenta como dúvida, problema, indagação ou simples curiosidade. Assim, não é difícil perceber que a todo momento o ser humano busca ter uma noção, informações, idéias claras sobre o que se apresenta aos seus sentidos e à sua razão, bem como utiliza seu mecanismo perceptivo e sua inteligência para ampliar os conhecimentos que já possui.

O homem não conhece a totalidade do que o cerca, se bem que hoje conhece muito mais do que no passado e seu conhecimento avança cada vez mais em ritmo acelerado. Mas afinal, o que é conhecer e em que consiste o conhecimento?

O conhecimento é uma relação

O conhecimento é uma relação que se estabelece entre o sujeito e o objeto. Essa afirmação, aparentemente clara e objetiva, implica inúmeras perguntas:

- O que é o objeto: algo exterior ao sujeito, ou é parcial ou totalmente sua criação?
- Quem é o sujeito: um ser meramente passivo sobre o qual o mundo externo atua ou um ser eminentemente ativo que produz idéias e é capaz de modelar, de maneira particular e intransferível, os dados que provêm do exterior?
- Em que consiste a verdade?
- Quais são as fontes do conhecimento e qual o grau de confiabilidade das mesmas?

Conhecimento

- Idéia, noção, informação, notícia, experiência; discernimento; saber, conhecer, estar informado de (Caldas Aulete, 1958:1093).
- Ato ou efeito de conhecer; idéia, noção, informação, notícia, ciência, prática da vida, experiência; discernimento, critério, apreciação; consciência de si mesmo. No sentido mais amplo, atributo geral que têm os seres vivos de reagir ativamente ao mundo circundante, na medida da sua organização biológica e no sentido da sua sobrevivência; experiência. A posição, pelo pensamento, de um objeto como objeto, variando o grau de passividade ou de atividade que se admitam nessa posição. A apropriação do objeto pelo pensamento, como quer que se conceba essa apropriação: como definição, como percepção clara, apreensão completa, análise, etc. (Aurélio, 1986:365)

O conjunto de questões anteriormente formuladas é objeto de estudo da teoria do conhecimento, gnoseologia, crítica do conhecimento ou epistemologia. Segundo Abbagnano (1982:169), todos esses nomes têm o mesmo significado. Ao contrário do que se crê, não indicam uma disciplina filosófica como a ética, a estética ou a lógica, mas sim o tratamento de um problema específico, que é o da realidade das coisas.

Epistemologia

- Do grego *episteme* (ciência) + *logos* (tratado) + *ia*: em sentido amplo, é sinônimo de *gnoseologia, teoria do conhecimento e crítica do conhecimento* e tem por objeto de estudo o problema do conhecimento, sua origem, sua natureza, seu valor e limites. Em sentido estrito, é também chamada de *filosofia da ciência* e tem por objeto de estudo os problemas dos fundamentos das distintas ciências, seus métodos e o valor da ciência como atividade humana.

Gnoseologia

- Do grego *gnosis* (conhecimento) + *logos* (tratado) + *ia*: sinônimo de *teoria do conhecimento, crítica do conhecimento e epistemologia* (em sentido amplo) e consiste no estudo reflexivo, crítico e descriptivo da origem, essência e limites do conhecimento.

O conhecimento pressupõe a existência de um sujeito convededor e de um objeto a ser conhecido mediados pelo ato de conhecer: “é a relação estabelecida entre sujeito e objeto, na qual o sujeito apreende informações a respeito do objeto. É a atividade do psiquismo humano que torna presente à sensibilidade ou à inteligência um determinado conteúdo, seja ele do campo empírico ou do próprio campo ideal”(Severino, 1992:38).

O sujeito aprende um objeto e torna-o presente aos sentidos ou à inteligência. Dessa forma, o ser humano, paulatinamente, vai conhecendo, compreendendo cada vez mais e melhor a realidade que o circunda:

O conhecimento é a compreensão inteligível da realidade, que o sujeito humano adquire através de sua confrontação com essa mesma realidade. Ou seja, a realidade exterior adquire, no interior do ser humano, uma forma abstrata pensada, que lhe permite saber e dizer o que essa realidade é. A realidade exterior se faz presente no interior do sujeito do pensamento. A realidade, através do conhecimento, deixa de ser uma incógnita, uma coisa opaca, para se tornar algo compreendido, translúcido (Luckesi, 1990: 122).

O conhecimento, pois, consiste na apropriação intelectual de um conjunto de dados empíricos ou ideais, com a finalidade de dominá-los e utilizá-los para entendimento e elucidação da realidade.

De onde vem o conhecimento?

A necessidade de inteligibilidade do processo de conhecimento humano não é recente. Os filósofos gregos tinham como objeto de suas especulações o significado e as condições necessárias para efetivação do ato de conhecer. No entanto, essas reflexões revestiam-se de um caráter puramente ontológico: buscava-se a essência do ser.

A teoria do conhecimento propriamente dita tem início na **Idade Moderna**, no século XVII, com a revolução científica empreendida por Galileu e outros cientistas que, ao criarem um novo modelo de investigação do mundo fenomenal e ao redefinirem o papel das ciências particulares, despertaram nos filósofos uma preocupação com os fundamentos, as possibilidades, os limites e o alcance do conhecimento humano e uma certa reserva contra os argumentos de autoridade que prevaleceram durante toda a Idade Média.

Filósofos como Descartes, Bacon, Leibniz, Espinoza, Locke, Berkeley e Hume são autores da revolução epistemológica, que tem origem na Idade Moderna, e responsáveis pelo surgimento de duas grandes correntes que traduzem o sentido dos novos tempos: o *racionalismo* e o *empirismo*.

Se você vem acompanhando com atenção a leitura do texto, deve se recordar que o conhecimento é uma relação que se estabelece entre o sujeito e o objeto. O sujeito conhecedor aprende o objeto conhecido e este, por sua vez, determina o pensamento daquele. Tal processo pode despertar em você algumas questões: É o sujeito quem se dirige aos objetos, tornando-os conhecidos e imprimindo-lhes um significado? São os objetos que estimulam a percepção humana e convidam o sujeito a conhecê-los racionalmente? O racionalismo e o empirismo fornecem orientações paralelas a tais questões.

Eu existo porque eu penso

René Descartes (1596-1650), filósofo francês, e reconhecidamente o “pai da filosofia moderna”, é o principal representante do racionalismo, cujos fundamentos se encontram em suas obras *Discurso sobre o método* e *Meditações metafísicas*. Movido pelo espírito científico da época e apoiado na matemática, uma de suas paixões, Descartes encaminha suas reflexões filosóficas em direção à verdade. A percepção de que o homem se engana com facilidade e de que os conhecimentos provenientes dos sentidos são muitas vezes duvidosos, impulsiona Descartes na busca de certezas inabaláveis.

Dessa maneira, ele encontra na dúvida um caminho seguro para encontrar a verdade: “Converte a dúvida em método. Começa duvidando de tudo, das afirmações do senso comum, dos argumentos da autoridade, do testemunho dos sentidos, das formações da consciência, das verdades deduzidas pelo raciocínio, da realidade do mundo exterior e da realidade do seu próprio corpo” (Aranha e Martins, 1986:166).

A dúvida metódica conduz Descartes a um primeiro conjunto de verdades: “Eu duvido, isso é certo. Se duvido, é porque eu penso, isso também é certo. Se eu penso, eu existo: é certo que eu existo porque eu penso”.

Cogito, ergo sum, isto é, “Penso, logo existo”: eis a primeira certeza cartesiana, da qual é possível ter-se uma idéia clara e distinta. O *Cogito* cartesiano (“eu penso”) fundamenta a possibilidade da ciência: admitem-se como verdade apenas idéias claras e distintas. A evidência racional é o critério que deve guiar todo ser humano na construção do conhecimento. Assim, é possível perceber a ênfase no sujeito conhecedor - todo conhecimento resulta exclusivamente do próprio ato de pensar.

Quem conhece é o sujeito, o espírito humano, a razão. Mas o objeto primeiro de seu conhecimento é o próprio ato de conhecimento, portanto, o próprio sujeito, ou seja, nós só conhecemos com segurança e certeza o mundo da consciência, as nossas próprias idéias, sendo que as idéias fundamentais são como que inatas, intrínsecas à própria subjetividade. Elas são constitutivas do nosso eu (Severino, 1992:102).

Nesse sentido, as idéias são inatas, não porque os homens já nascem com elas, mas sim porque elas resultam do próprio ato de pensar. As idéias claras e distintas representam o conteúdo possível do conhecimento humano sobre o real. O real só pode ser conhecido a partir das idéias que resultam da atividade do pensamento. Apenas o uso correto da razão garante um conhecimento evidente e certo.

Minhas idéias provêm das experiências sensíveis

Se para o racionalismo (do latim *ratio*, “razão”) a origem do conhecimento se encontra na razão, instrumento único e exclusivo capaz de conhecer a verdade , para o empirismo (do grego *empeiria*, “experiência”) a mente humana é uma folha de papel em branco preenchida exclusivamente com os dados provindos da experiência sensível, externa ou interna.

Francis Bacon (1561-1626), filósofo inglês, é um dos representantes do empirismo, bem como o defensor de um novo caminho para se fazer ciência, através do método indutivo experimental. Em sua obra *Novum Organum* (Novo Instrumento) , se opõe à lógica aristotélica, essencialmente dedutiva, e propõe a indução como um novo instrumento de pensamento, ou seja, como método de descoberta da realidade fenomenal. Ele é considerado um dos fundadores do pensamento moderno por ter sido o primeiro a expor de forma sistemática o método indutivo, contribuindo positivamente para o desenvolvimento das ciências da natureza - física, química, biologia, etc. (...)

No âmbito das ciências modernas, Bacon cumpre um papel orientador, por sua ação contra os preconceitos e as falsas noções , denominados **ídolos**, que acabam por dificultar a tarefa de conhecer e compreender a realidade, de fazer ciência e ter acesso à verdade.

Para Bacon, saber é poder, portanto é necessário afastar os ídolos, as falsas noções que ocupam a mente humana e impedem a construção do conhecimento científico.

Ídolos da tribo (*idola tribus*): inerentes à própria natureza humana. São responsáveis por uma apreensão simplificada do universo e dão origem às superstições. Levam os homens a crer erroneamente na infalibilidade dos sentidos como fonte dos conhecimentos.

Ídolos da caverna (*idola specus*): erros que têm origem nos : “homens enquanto indivíduos”. Cada pessoa tende a interpretar os fatos de acordo com sua visão pessoal, sua educação, seus hábitos e crenças e, muitas vezes, “distorce a luz da natureza”.

Ídolos do foro (*idola fori*): têm origem na comunicação entre os homens e no uso ambíguo que se faz das palavras. As palavras impostas de maneira imprópria e inepta, bloqueiam espantosamente o intelecto”.

Ídolos do teatro (*idola theatri*): oriundos dos diversos sistemas filosóficos e das falsas regras da demonstração. Em nome dos ídolos do teatro, Bacon faz uma severa crítica a seus antecessores, especialmente Aristóteles.

Uma vez destruídos os ídolos, é possível fazer ciência, utilizando um novo método de investigação da natureza, denominado *indução*, a principal contribuição de Bacon para a evolução do pensamento epistemológico moderno.

John Locke (1632-1704), também filósofo inglês, expõe em sua obra *Ensaio acerca do entendimento humano*, os fundamentos do empirismo. Tem como finalidade principal “investigar a origem, certeza e extensão do conhecimento humano”. Para Locke, a mente humana é uma folha de papel em branco (*tabula rasa*) e todas as idéias têm origem em duas fontes, a sensação e a reflexão. Diz ele:

Suponhamos , pois, que a mente é , como dissemos, um papel em branco, desprovido de todos os caracteres, sem qualquer idéias; como ela será suprida? De onde lhe provém este vasto estoque, que a ativa e que a ilimitada fantasia do homem pintou nela uma variedade quase infinita? De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? a isso respondo, numa palavra, da experiência. Todo o nosso conhecimento está nela fundado, e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento. Empregada tanto nos objetos sensíveis externos como nas operações internas de nossas mentes, que são por nós mesmos percebidas e refletidas, nossa observação supre nossos entendimentos com todos os materiais do pensamento. Dessas duas fontes jorram todas as nossas idéias, ou as que possivelmente teremos (Locke, 1973: 165).

Em primeiro lugar, os sentidos percebem os objetos sensíveis e imprimem na mente as imagens desses objetos. Nisso consiste a *sensação*, uma experiência externa, primeira fonte das idéias para efetivar o conhecimento humano. Em segundo lugar, as operações da própria mente sobre as idéias que já possui constituem a segunda fonte das idéias, denominada *reflexão*, uma experiência interna, que consiste na percepção das operações que a própria mente realiza - “ a

percepção, o pensamento, o duvidar, o crer, o raciocinar, o conhecer, o querer e todos os diferentes atos de nossas próprias mentes" (Locke, 1973: 166).

Para Locke, não há idéias inatas, como afirmava Descartes. O conhecimento só ocorre por meio das experiências sensíveis. Só é possível conhecer aquilo que é inicialmente percebido e registrado pelos sentidos, que fornecem material para o trabalho posterior da razão.

Valorização da razão ou dos sentidos

Os racionalistas enfatizam o uso exclusivo da razão, que produz todo e qualquer conhecimento. Os empiristas valorizam a percepção dos sentidos que desencadeia e determina o ato de conhecer. A partir do século XVII, a resposta para a questão sobre a origem do conhecimento humano se encontra formulada em duas correntes opostas: o racionalismo e o empirismo.

O racionalismo fundamenta a teoria do conhecimento na supervalorização da razão como o único instrumento capaz de atingir verdades universais, sobre as quais se assentam as bases de uma ciência pretensamente infalível.

Já o empirismo fundamenta a teoria do conhecimento na experiência, supervalorizando os sentidos e relativizando as operações subsequentes da razão, na busca da verdade, cujo caráter universal e absoluto é questionado. Os empiristas têm na realidade concreta e visível os subsídios para a construção do verdadeiro conhecimento.

É possível o conhecimento?

Para tal pergunta, há duas respostas radicais: o *ceticismo*, que afirma a impossibilidade de se conhecer a verdade, e o *dogmatismo*, que diz o contrário.

Você, certamente, já ouviu estas afirmações: "Fulano é cético, ele não acredita em nada!" ou "Beltrano é dogmático, radical. Não muda sua postura por nada deste mundo!"

Ceticismo/ scepticismo

- Do grego *skeptomai* (examinar), é a doutrina segundo a qual o espírito humano nada pode conhecer com certeza; conclui pela suspensão do juízo e pela dúvida permanente (Aranha e Martins, 1986:42)

Para os céticos, o conhecimento verdadeiro, certo e definitivo sobre algo pode ser constantemente buscado. No entanto, jamais será atingido. Dessa forma, o ceticismo nega a possibilidade do conhecimento e o acesso a qualquer tipo de certeza. Górgias (483-375 a.C.), filósofo grego, é um dos principais representantes dessa postura filosófica. Para ele, "nada existe; se alguma coisa existe, ela é inconcebível ou incognoscível; caso pudesse ser conhecida, seria incomunicável aos outros".

Dogmatismo

- Do grego *dogmatikós* (que se funda em princípios; relativo a uma doutrina): 1. Toda doutrina que professa a capacidade do homem de atingir a certeza absoluta. 2. Toda atitude de conhecimento que consiste em acreditar estar de posse da certeza ou da verdade antes de fazer crítica da faculdade de conhecer (Kant). 3. Toda atitude que consiste em afirmar algo de modo categórico, peremptório e intransigente, sem provas daquilo que se afirma (Japiassu, 1986:249).

Uma pessoa dogmática possui uma forma de pensar que pode ser esboçada da seguinte maneira: há um conjunto de verdades sobre x, y e z. Essas verdades são conhecidas pelo indivíduo dogmático e não exigem justificação racional e nem tampouco estão sujeitas à crítica racional. Todos devem aceitá-las como tais e quem não as aceitar incorre em erro e não deve ser tolerado.

Contrariamente ao ceticismo, o dogmatismo defende a existência de verdades absolutas e indiscutíveis. Dessa forma, a adesão incondicional a princípios tidos como irrefutáveis, bem como a imposição de doutrinas não comprovadas de modo algum, são traços característicos daqueles que aderem ao dogmatismo.

Segundo Aranha e Martins (1986:51), o ceticismo e o dogmatismo, embora sejam posturas antagônicas, compartilham uma visão imobilista do mundo: “o dogmático atingiu uma certeza e nela permanece; o cético anseia pela certeza e decide que ela é inalcançável”.

A evolução dos paradigmas epistemológicos

Durante a Idade Antiga e a Idade Média prevaleceu o *modo metafísico de pensar*, segundo o qual busca-se conhecer e compreender os seres por meio da apreensão e inteligibilidade da essência de cada um deles.

Dá-se o nome de *ser* ou *ente* a tudo o que existe. Entende-se por *essência* a natureza própria de cada ser, isto é, aquilo que faz com que cada *ente* seja ele mesmo e não outro. Dessa maneira, a metafísica tem como objeto de estudo a essência e a existência do ser. Tudo (ser ou ente) o que existe (existência), e existe de um modo particular, peculiar (essência), é alvo de investigação do pensamento metafísico.

Metafísica

- Do grego *meta physica* (“depois dos tratados da física”), é a parte da filosofia que estuda o “ser enquanto ser”, isto é, o ser independentemente de suas determinações particulares; estudo do ser absoluto e dos primeiros princípios. Exemplos de problemas metafísicos: a essência do universo (cosmologia racional); a existência da alma (psicologia racional); a existência de Deus (teologia racional ou teodicéia) (Aranha e Martins, 1986:429). O termo *metafísica* é muitas vezes empregado como sinônimo de *ontologia*.

O homem interroga porque não sabe

De volta ao passado, caminhando ao encontro dos filósofos gregos, é possível perceber o predomínio de três tipos de problemas: cosmológico, antropológico e metafísico.

Entre os filósofos pré-socráticos, prevaleceu a necessidade de direcionar o conhecimento para a busca da origem (*arché*) do universo. Desejavam conhecer e compreender de onde vinha o mundo, quem ou o que o fez; do que era constituído. Voltaram a atenção para os problemas cosmológicos (*kosmos*, “mundo”, “universo”)

Os sofistas, especialistas na arte de bem falar, tinham como finalidade preparar o homem grego para ser cidadão, político, isto é, um habitante da *polis*, capaz de argumentar e defender seus pontos de vista, no exercício cotidiano da democracia grega. Preocupavam-se em ensinar os homens a falar bem, independentemente da verdade ou falsidade de suas afirmações. É fácil

perceber que o conceito de verdade se tornou relativo, impossibilitando a construção de toda e qualquer ciência.

Se de um lado o foco de atenção dos sofistas se dirigiu para os problemas antropológicos (*antropos*, “homem”), elegendo o ser humano como objeto de suas preocupações, de outro desvirtuaram a possibilidade de apreensão de conhecimentos verdadeiros, ao transformarem o homem na medida de todas as coisas.

Sócrates (479-399 a.C.), movido pela necessidade de superar o relativismo e o ceticismo dos sofistas e convencido da importância de fazer ciência fundamentada em verdades universais (*unus versus alia*, “uma que se opõe a todas as outras”; “aqueelas que têm validade em qualquer lugar, em qualquer tempo e para qualquer indivíduo”, resgatou o objeto de estudo dos sofistas (o homem) e passou a examiná-lo utilizando um método que se processa em duas etapas: *ironia* e *maiêutica*.

Por meio de perguntas e respostas rápidas, Sócrates levava o seu interlocutor a reconhecer o seu falso conhecimento e sua ignorância: “Só sei que nada sei”. Tal era o objetivo da ironia (do grego *eironéia*, que quer dizer: “eu interrogo”). Despojado das falsas verdades, nasce dentro do homem o desejo de saber, de construir o conhecimento adequado. Dessa forma, através da maiêutica (do grego *maieutiqué/tecné*, que quer dizer: “a arte de dar à luz”), Sócrates auxiliava os homens a darem à luz a verdade, fundamento possível de toda ciência.

Os pré-socráticos se detiveram no exame de problemas cosmológicos; os sofistas e Sócrates, embora motivados por finalidades e objetivos absolutamente diversos, se voltaram para o estudo dos problemas antropológicos. Platão (420-348 a.C.) e Aristóteles (385-322 a.C.) elegeram os problemas metafísicos como alvo da filosofia.

Platão e Aristóteles, também preocupados com a busca da verdade para fazer ciência e superar o domínio da opinião (do grego, *doxa*), retomaram uma questão vital e polêmica instaurada por dois filósofos pré-socráticos: Heráclito e Parmênides de Eléia.

Para Heráclito (535-465 a.C.), a essência do universo reside no movimento. Diz ele: “o que existe não é o ser, mas o que vem a ser. Nada há de real, além do movimento. Tudo muda, nada permanece”. Dessa maneira, ele inviabilizou o conhecimento, já que não era possível estabelecer qualquer tipo de relação entre sujeito e objeto, ambos em constante mudança.

Para Parmênides (529-490 a.C.), a única realidade é o ser. Diz ele: “O ser é e não pode não ser. O ser é eterno, imóvel, sem começo e sem fim”. Dessa forma, só o ser existe e só o ser é real e só pode ser pensado e conhecido o que é real; o ser. Para Parmênides, o movimento é aparente e a realidade sensível, uma ilusão. Identifica ser e conhecer: só é possível conhecer aquilo que é.

Não é difícil perceber o problema metafísico que se estabeleceu com ambos os filósofos: a conciliação entre o devir (constante vir-a-ser) e o ser, bem como o valor do duplo conhecimento, quer dos sentidos (Heráclito), quer da razão (Parmênides).

Platão tentou superar essas dificuldades através do *dualismo*: propôs a existência de dois mundos, o mundo sensível, das aparências, domínio da opinião, onde viviam os homens, e o mundo das Idéias, eterno, imutável e verdadeiro, domínio da ciência, do qual o mundo sensível é apenas uma cópia imperfeita. Assim, as idéias se tornaram o único objeto possível do conhecimento.

A alma inteligente, enquanto unida ao corpo mortal, aos poucos lembra-se das idéias que um dia contemplou, ao tomar contato com o mundo sensível, através de um processo de recordação, de reminiscência. Quando purificada, após a morte, retorna ao mundo das idéias, única realidade possível e inquestionável, apreendida agora em caráter absoluto.

O conhecimento, para Platão, tem início no contato com os objetos sensíveis que permitem à alma inteligente ou a razão recordar-se das Idéias inatas e verdadeiras que um dia já contemplou. O processo chega ao final com a contemplação das Idéias.

A realidade sem forma, sem cor, impalpável só pode ser contemplada pela inteligência, que é o guia da alma. E é na Idéia Eterna que reside a ciência perfeita, aquela que abarca toda a verdade. O pensamento de um Deus nutre-se de inteligência e de ciência puras. O mesmo se dá com todas as almas que procuram receber o alimento que lhes convém. Quando a alma, depois da evolução pela qual passa, chega a conhecer as essências, esse conhecimento das verdades puras a mergulha na maior das felicidades. Depois de haver contemplado essas essências, volta a alma ao seu ponto de partida. Mas, durante a revolução pela qual passou, ela pôde contemplar a Justiça, a Ciência - não estas que conhecemos, sujeitas às mudanças e que se diferenciam segundo os objetos - mas a Ciência que tem por objeto o Ser dos Seres. Quando assim contemplou as essências, quando se saciou da sua sede de conhecimento, a alma mergulha novamente no interior do céu e volta ao seu pouso (Platão, 1971:226).

Ao eleger as idéias como objeto e fonte exclusiva do verdadeiro conhecimento, Platão abriu caminho para o idealismo ou racionalismo idealista, que vigorou a partir da Idade Moderna.

Idealismo

- Doutrina que afirma que a realidade das idéias, independentes e superiores ao mundo sensível (Platão). 2. Idealismo transcendental: doutrina que define os fenômenos como simples representações, não como coisas em si. (Kant). 3. Doutrina que afirma que a realidade primeira é o pensamento, todas as coisas materiais sendo simples produto do ato de pensar (Japiassu, 1986: 250).

Idéia

- Do grego *eidos*. 1. Simples representação mental de um objeto de pensamento. 2. Representação abstrata e geral de um objeto dado na experiência. 3. Essência ou forma inteligível, eterna ou imutável, da qual participam todas as coisas sensíveis passageiras e imperfeitas, contemplada pela alma antes de estar unida ao corpo (Platão). 4. Conceito inato que nos foi dado por Deus e nos permite conhecer de modo evidente as leis da natureza (Descartes). 5. Conceito necessário da razão ao qual nenhum objeto que lhe corresponde pode ser dado nos sentidos , sendo, por isso, incognoscível (Kant) (Japiassu, 1986:251).

Aristóteles, discípulo de Platão, perante a polêmica instaurada por Heráclito e Parmênides, optou por uma solução bastante diferente daquela adotada por seu mestre. As idéias ou essências não existem em um mundo à parte. Elas se encontram presentes em cada ser e podem ser conhecidas por meio da abstração, operação realizada pela inteligência a partir dos dados obtidos pelos sentidos por meio da percepção sensível.

Para Aristóteles, todo ser é composto de dois princípios: *matéria* e *forma*. Todo ser é, existe porque possui uma matéria , mas o que o diferencia dos demais seres a forma, a essência, retirada de cada ente em particular pela razão. Tal processo é denominado por Aristóteles de *abstração*, que se segue ao conhecimento sensível, primeiro instrumento para a intelecção do ser em geral.

Além da matéria e forma, há outros princípios componentes do ser: ato, princípio da perfeição , pelo qual todo ser é; e potência, princípio de imperfeição, pelo qual todo ser pode mudar, se transformar ou vir a ser.

O processo de conhecimento concebido por Aristóteles tem início com a percepção dos objetos sensíveis, múltiplos, imperfeitos e mutáveis. Deles, a inteligência abstrai a essência, uma e imutável, subsídio teórico para elaboração de conceitos universais, objeto da ciência e fundamento do conhecimento racional, ponto de chegada da filosofia aristotélica.

Enquanto Platão enfatizava as idéias, Aristóteles reconheceu no mundo das coisas concretas o ponto de partida para o conhecimento do ser, reintegrando no mundo material as essências que Platão havia transformado em modelos ideais e reais de tudo o que existe. Assim, a teoria aristotélica se fundamenta no realismo (do latim *res*: "coisa"), tendência filosófica segundo a qual a realidade existe independentemente de o homem conhecê-la ou não, e o conhecimento tem origem na experiência sensível, na percepção das coisas reais, concretas e particulares, nas quais se encontram alojadas as essências, extraídas pela razão para elaborar os conceitos universais que permitem a elaboração da ciência.

Conciliar razão e fé

Durante toda a Idade Média, prevaleceu a necessidade de harmonizar a herança filosófica greco-romana com os princípios do cristianismo. Buscava-se conciliar razão e fé. Os filósofos medievais encontraram em Platão e Aristóteles os fundamentos teóricos para efetivar tal conciliação. De um lado, surgiram os seguidores do platonismo, entre os quais deve-se destacar Santo Agostinho (354-430). De outro, os adeptos do aristotelismo, cujo maior expoente foi Santo Tomás de Aquino (1225-1274).

O tomismo se caracterizou pela tentativa de conciliar a autoridade da Igreja com o saber aristotélico. A síntese efetivada por Santo Tomás de Aquino, que encontrou em Aristóteles os fundamentos filosóficos para a teologia cristã, dominou o pensamento medieval, essencialmente teocêntrico (Deus como centro de tudo).

A razão que tudo ilumina

O Renascimento, ao resgatar o antropocentrismo (o homem como centro do universo), ao questionar a autoridade papal, propiciando o surgimento do protestantismo e acabando com a hegemonia da Igreja católica, ao recuperar o racionalismo naturalista grego, abrindo caminho para a construção do conhecimento científico, preparou o terreno para a atuação do homem moderno, radicalmente diferente daquela que caracterizou o homem antigo e medieval.

O saber contemplativo, a realidade inquestionada do objeto perante o sujeito conhecedor, a força persuasiva do princípio da autoridade, peculiar do pensamento teocêntrico cristão, o conhecimento metafísico das essências, traços distintivos e marcantes do pensamento antigo e medieval, passaram a ser questionados pelo homem moderno, que elegeu as questões epistemológicas como objeto central de estudo da filosofia.

Os filósofos modernos traçaram os novos rumos do conhecimento filosófico que se estabeleceu daí em diante, voltado para a indagação da real e verdadeira possibilidade de o homem conhecer a realidade que o cerca.

Se, durante a Idade Antiga e Média, a realidade do mundo era inquestionada, enfatizando-se a existência do objeto, conhecido através da apreensão de sua essência, o que determinou o modo metafísico de pensar, na Idade Moderna, surgiram duas posturas epistemológicas, o racionalismo e o empirismo (...), que resguardadas suas diferenças, têm em comum a ênfase no sujeito conhecedor.

A crença no poder ilimitado da razão, que marcou o pensamento moderno, atingiu o seu apogeu com o iluminismo, no século XVIII, também conhecido por Século das Luzes, Ilustração.

Como o próprio nome sugere, somente as “luzes” da razão natural seriam capazes de indicar e iluminar” o caminho de acesso para se atingir a verdadeira sabedoria. O uso da razão era considerado indispensável para o conhecimento e compreensão dos fenômenos naturais e sociais.

Immanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão, foi um dos principais representantes do iluminismo. Em três de suas obras, *Crítica da razão pura* (1781), *Crítica da razão prática* (1788) e *Crítica da faculdade de julgar* (1790), submeteu a razão a um exame criterioso para verificar a possibilidade , o alcance e os limites da razão como instrumento de acesso ao conhecimento. Daí a sua filosofia ser também denominada de “criticismo kantiano”.

Em sua obra *Crítica da razão pura*, Kant reconheceu a existência de dois tipos de conhecimento: o conhecimento empírico ou *a posteriori*, obtido por meio da experiência sensível , e o conhecimento puro ou *a priori*, que independe da experiência e das impressões dos sentidos e produz juízos necessários e universais: “a linha reta é a distância mais curta entre dois pontos” - tal juízo se refere a toda e qualquer linha reta (daí a universalidade), bem como, sob qualquer circunstância, a linha reta é sempre a mais curta (daí a necessidade).

Kant também fez uma distinção entre *juízos analíticos* e *juízos sintéticos*. Os juízos analíticos são aqueles em que o predicado já está contido no sujeito: “o triângulo tem três ângulos”; “todo solteiro não é casado”; “todos os corpos são extensos”. Tais juízos são *a priori* (não dependem da experiência) universais e necessários. No entanto, não trazem informações novas sobre o sujeito, não enriquecem o conhecimento , apenas tornam mais claro aquilo que já se sabe sobre o sujeito.

Os juízos sintéticos são aqueles em que o predicado acrescenta informações novas sobre o sujeito, ampliando o conhecimento: “ todos os corpos são pesados”; “os corpos se movimentam. A extensão dos corpos é evidente. Peso e movimento são predicados obtidos pela experiência. Portanto, os juízos sintéticos são *a posteriori* (dependem da experiência dos sentidos) contingentes, particulares.

A contribuição inovadora de Kant residiu nos juízos sintéticos *a priori*: independem da experiência: portanto são universais e necessários; enriquecem , ampliam e fazem o conhecimento progredir. Tais são os juízos com os quais a matemática e a física trabalham.

Como se formulam os juízos sintéticos *a priori*? Para Kant, não é o objeto que determina o conhecimento do sujeito. Pelo contrário, é o sujeito quem produz o conhecimento, a partir de princípios *a priori* que sintetizam os dados empíricos.

Kant atribuiu ao sujeito a elaboração do conteúdo do conhecimento por intermédio de condições subjetivas que são as faculdades e suas respectivas formas: a sensibilidade e as formas *a priori* de espaço e tempo; o entendimento e as categorias de unidade, pluralidade, totalidade, realidade, negação, limitação, substância, causalidade, comunidade, possibilidade, existência e necessidade.

Assim, o conhecimento começa com as experiências sensíveis que atingem os sentidos: a matéria do conhecimento são as impressões que o sujeito recebe dos objetos exteriores, de maneira desorganizada, desordenada. Esses dados empíricos são organizados mental e logicamente pelo espaço e tempo, formas *a priori* da sensibilidade. Para Kant, espaço e tempo não são propriedades inerentes aos objetos, mas estruturas subjetivas que permitem ao sujeito intuir os objetos. Essas intuições são pensadas pelo entendimento, também a partir de categorias apriorísticas, dando origem aos conceitos.

Para Kant, não é possível o conhecimento das essências, das coisas em si mesmas (*noúmena*), mas apenas dos fenômenos (*phaenómena*), daquilo que se manifesta à consciência. Já que o conhecimento é um processo de síntese dos dados empíricos elaborado pelo sujeito conhecedor a partir de estruturas subjetivas apriorísticas, a possibilidade do conhecimento metafísico

das substâncias, entre elas Deus, o mundo e a alma, se tornou inviável, na medida em que a experiência sensível de tais substâncias também é inviável. A existência de Deus, a imortalidade da alma e a liberdade humana são postuladas pela razão prática e moral e jamais conhecidas pela razão pura.

A filosofia kantiana é também denominada idealismo transcendental: o sujeito constrói o conhecimento e dá significado e sentido à realidade a partir de categorias subjetivas a priori (idealismo); o conhecimento não está particularmente voltado para os objetos, mas para o modo de conhecê-los aprioristicamente (transcendental).

Kant empreendeu no âmbito da filosofia uma “revolução copernicana” ao atribuir ao sujeito um papel determinante no ato de conhecer. Este já não resulta, como se pensava até então, de uma adequação do sujeito a uma realidade exterior (que anteriormente tinha o papel determinante no processo), mas sim de uma construção mental apriorística do espírito. Eis o que Kant diz a respeito:

A razão só vê o que ela mesma produz segundo seu projeto, que ela deve ir à frente com princípios dos seus juízos segundo leis constantes e deve obrigar a natureza a responder às suas perguntas, sem deixar, porém, conduzir por ela como se estivesse presa a um laço. [...] Até agora se supôs que todo o nosso conhecimento deveria regular-se pelos objetos; porém todas as tentativas de estabelecer algo *a priori* sobre ele através de conceitos, por meio dos quais o nosso conhecimento seria ampliado, fracassaram sob esta pressuposição. [...] Admitindo-se que o nosso conhecimento de experiência se regule pelos objetos como coisas em si mesmas, ver-se-á que o incondicionado não pode ser pensado sem *contradição*; admitindo-se, em compensação, que a nossa representação das coisas como nos são dadas se regule não por estas como coisas em si mesmas, mas antes estes objetos como fenômenos se regulem pelo nosso modo de representação, ver-se-á que a *contradição desaparece* (Kant, 1974:11-3).

O criticismo kantiano, ao efetuar a síntese entre o racionalismo e o empirismo, provocou o surgimento de duas correntes filosóficas divergentes: de um lado, os *idealistas* (Fichte, Schelling e Hegel), que, enfatizando a postura do sujeito como construtor do conhecimento a partir de categorias *a priori*, concebem a realidade como produto exclusivo do pensamento humano; de outro lado, os *positivistas* (em especial, Comte), que, enfatizando o valor da experiência sensível como fundamento epistemológico das ciências, elegem o real como objeto de investigação do espírito positivo, ao qual cabe descobrir as relações invariáveis entre os fenômenos, base exclusiva para explicação dos fatos em termos reais.

Positivismo: verificação e experimentação

Augusto Comte (1798-1857), filósofo francês, foi o principal representante do positivismo, corrente filosófica “que acompanha, promove e estrutura o último estágio que a humanidade teria atingido, fundado e condicionado pela ciência”. (Simon, 1986: 120). O positivismo se ocupa não apenas da fundamentação e classificação das ciências, mas também da modificação da sociedade e das reformas práticas das instituições, através de mecanismos adequados capazes de conduzi-la a um “estado positivo”, fundamentado nas idéias de ordem e progresso.

Positivismo

- Palavra que possui um sentido muito amplo, podendo designar seja uma teoria que exclua toda e qualquer negação, toda e qualquer contradição e afirme apenas o positivo, o idêntico, seja uma doutrina que considere como objeto do conhecimento positivo somente os dados dos sentidos (como o antigo ceticismo e algumas tendências do iluminismo). Em seu sentido mais estrito, a palavra designa a doutrina e a escola fundadas por Augusto Comte, no século XIX. Seu positivismo compreende não só uma teoria da ciência, mas também, e

simultaneamente, uma determinada concepção da história e uma proposta de reforma da sociedade e da religião (Simon, 1986: 129-30).

Comte afirmou ter descoberto uma grande lei fundamental, segundo a qual o espírito humano em sua evolução passou por três estados: o estado teológico, o metafísico e o positivo. No estado teológico, o espírito humano encontra nos agentes sobrenaturais a explicação dos fenômenos; no estado metafísico, os fenômenos são explicados não mais por agentes sobrenaturais (fetichismo, politeísmo e monismo) mas por forças abstratas; e, no estado positivo, o último e definitivo, o espírito humano encontra a ciência e, deixando de lado a investigação das causas primeiras e/ou finais, se atém à observação dos fatos, procurando raciocinar sobre eles e descobrir as relações constantes entre os fenômenos observáveis, isto é, suas leis.

Para Comte, a ciência é a forma de conhecimento que:

a) se caracteriza pela certeza sensível de uma observação sistemática e pela certeza metódica que garante o acesso adequado aos fenômenos observados; b) relaciona os fenômenos observados a princípios que permitem combinar as observações isoladas; c) investiga os fenômenos buscando suas relações constantes de concomitância e sucessão, isto é, suas leis; d) é capaz de prever e controlar os fenômenos para a construção da sociedade positiva (Simon, 1986:130)

Motivado pelo êxito concreto da ciência newtoniana, Comte propôs a criação das ciências humanas segundo os mesmos critérios das ciências naturais. Daí a sua tão conhecida classificação hierárquica das ciências, que repousa sobre o critério do maior ou menor grau de complexidade crescente e generalidade dos fenômenos estudados. Partindo do princípio de complexidade crescente e generalidade decrescente, Comte assim ordenou as ciências: matemática (a mais simples e abstrata), astronomia, física, química, biologia e sociologia (a mais complexa e concreta).

Cabe lembrar que Augusto Comte é tido como o fundador da sociologia, também denominada por ele física social. Essa ciência divide-se em duas partes: a estática social, que se fundamenta na idéia de ordem e estuda os elementos permanentes da sociedade; e a dinâmica social, que se fundamenta na idéia de progresso e estuda as leis do desenvolvimento fundamental, contínuo e progressivo da sociedade.

O positivismo exerceu forte influência nos pensadores e políticos brasileiros, entre eles Miguel Lemos, Teixeira Mendes, Luís Pereira Barreto, Tobias Barreto, Sílvio Romero, Benjamin Constant, Júlio de Castilhos, Silva Jardim. É preciso ressaltar que essa influência positivista se revela com maior intensidade no lema da bandeira brasileira: “Ordem e Progresso”.

Em algumas epistemologias contemporâneas contemporâneas, também se faz presente a influência positivista, especialmente naquelas produzidas pelo assim chamado Círculo de Viena, que reuniu um grupo de filósofos e cientistas, como Hans Hahn, Otto Neurath, Philipp Frank, Herbert Feigl, Friedrich Waismann, Kurt Gödel, Karl Menger, Victor Kraft, Moritz Schlick, Rudolf Carnap e Karl Popper, que tinham como objetivo analisar e clarificar o discurso científico e estabelecer as condições de sua legitimidade:

Para eles, a função da filosofia é a análise, o esclarecimento da estrutura lingüística e lógica da linguagem e, de modo especial, da linguagem científica. Para esses pensadores, a filosofia nada podia dizer sobre a realidade, sobre o mundo. Seus enunciados não eram passíveis de verificação. O que os filósofos podiam fazer era analisar a linguagem e a metodologia que os cientistas utilizam na criação das ciências (Teles, 1985:143).

O Círculo de Viena, embasado no empirismo clássico, procurou fundamentar a científicidade do domínio lógico-matemático, sob a influência de Ludwig Wittgenstein (1889-1951) e da lógica matemática de Bertrand Russell (1872-1970) e Alfredo Whitehead (1861-1947). Daí tal movimento ser conhecido também como *neopositivismo* ou *empirismo lógico*.

O tema central dos neopositivistas era o problema da *demarcação*, ou seja, o estabelecimento de critérios ou normas que permitissem distinguir os enunciados científicos dos não-científicos. Estavam convencidos de que a lógica, a matemática e as ciências empíricas esgotavam o domínio do conhecimento possível e a filosofia não passava de um projeto impossível, na qualidade de suposto conhecimento não-científico, isto é, não empírico do mundo, daí sua irrelevância teórica.

Para tanto, o Círculo de Viena formulou o *princípio de verificabilidade*, eleito como critério satisfatório de demarcação, que assim pode ser enunciado: “o significado de uma proposição reduz-se ao conjunto de dados empíricos imediatos, cuja ocorrência confere veracidade à proposição e cuja não-ocorrência a falsifica; o significado de uma proposição são suas condições empíricas de verdade” (Os Pensadores, 1974: 871).

Um enunciado (conjunto de afirmações) só é verdadeiro quando é possível descrever e verificar o fato ao qual ele se refere. A linguagem traduz uma experiência que é significável, porque é, em princípio, verificável. Fica patente a redução da filosofia e da metafísica a um conjunto de asserções inverificáveis e, portanto, assignificantes (vazias de significado), impossibilitando-as de se apresentarem como uma das formas de conhecimento do real, cabendo exclusivamente às ciências naturais essa prerrogativa.

Karl Popper (1902-1994), de início influenciado por Carnap e pelo Círculo de Viena, a eles se opôs e procedeu a uma revisão crítica do princípio de verificabilidade. Para ele, o critério de demarcação de uma teoria científica reside não mais no princípio de verificabilidade, mas sim no de *refutabilidade empírica*. O que distingue uma ciência das pseudo-ciências é a condição de refutabilidade, ou seja, o que define a racionalidade científica de uma teoria é a possibilidade de ela ser refutada com base na experiência: uma teoria científica é verdadeira quando resiste à refutação e à falsificabilidade, podendo, então, ser confirmada, corroborada.

Thomas S. Kuhn (nascido em 1922), em sua obra *Estrutura das revoluções científicas*, descreve a evolução do conhecimento científico a partir de conceitos inéditos como os de “ciência normal”, “ciência extraordinária”, articulados com conceitos já bastante utilizados, que passam a adquirir um significado específico nesse novo contexto, tais como, “crise”, “anomalias”, “paradigmas”, etc. Para Kuhn, *paradigma* é a mola propulsora de sua obra e, ao mesmo tempo, um dos conceitos mais equivocados, dada a variedade de significados a ele atribuídos.

Inicialmente, o crescimento do saber científico se faz por acumulação de descobertas segundo regras e princípios do paradigma vigente (fase da “ciência normal”). Após um certo período surgem as “anomalias” que abalam a solidez do paradigma vigente e impelem para a criação de um novo paradigma. Esse conflito entre paradigma antigo e novo gera uma situação de “crise”, solucionada pela mudança de paradigma, denominada por Kuhn de *revolução científica*, como as operadas por Copérnico, Newton, Darwin, Einstein e Heisenberg.

A científicidade é entendida de modo substancialmente diferente por Popper e Kuhn. Para o primeiro a ciência progride graças ao princípio de refutabilidade e falsificabilidade, que enseja o confronto entre teoria, cabendo ao espírito crítico a tomada de decisão em favor daquela que é confirmada. Para o segundo esse progresso se deve à vigência do paradigma, ausência de critérios racionais para decidir entre paradigmas conflitantes. No entanto, ambos os filósofos concordam no que diz respeito à racionalidade de toda e qualquer empresa científica.

Fenomenologia: a experiência vivida

Enquanto os positivistas e neopositivistas postulam a objetividade e a racionalidade do saber científico, a fenomenologia coloca em evidência o sujeito reflexivo e a experiência vivida. Como filosofia e método de investigação, teve em Edmund Husserl (1859-1938) seu mais importante e expressivo representante. Franz Brentano foi o precursor da fenomenologia e Max Scheler, Martin Heidegger, Nicolai Hartmann, Jean-Paul Sartre, Maurice Merleau-Ponty, Paul Ricoeur, entre outros , seus seguidores mais renomados.

Husserl iniciou seu trabalho procurando delimitar o campo de atuação da psicologia e da fenomenologia, opondo-se frontalmente ao psicologismo, tão em voga no fim do século XIX. Segundo ele, a psicologia tem como objeto de estudo acontecimentos reais e sujeitos inseridos no mundo espaço-temporal. A fenomenologia é a ciência de essências ("eidética"), de fenômeno, entendido como aquilo que aparece ou se manifesta *em si mesmo*, ou seja, como é em si, na sua essência, a uma consciência, que é *intencional*. Faz-se então necessária a *redução eidética*, que tem como finalidade purificar os fenômenos psicológicos de suas características reais ou empíricas, transformando-os em essências.

A redução eidética é, para Husserl, a transformação dos fenômenos em essências e, portanto, é redução fenomenológica, cerne de sua filosofia: " A redução não é dúvida cética, mas suspensão de juízo no tocante à realidade das coisas. A atenção é voltada não para a realidade da coisa empírica, mas para o sentido na consciência; a realidade torna-se fenômeno" (Von Zuben, 1989: 152).

A redução fenomenológica, ou *epoquê*, coloca " entre parênteses" a existência real do mundo exterior para que se efetive a intuição das essências pela consciência intencional. O mundo não é negado; porém, nada se afirma a respeito de sua realidade em si, mas do seu significado relativo e para mim. O que importa é a apreensão do objeto como *fenômeno*, como "algo que se manifesta" a uma consciência que não é pura, mas está permanentemente voltada para o mundo, daí sua intencionalidade , ou seja, é sempre uma *consciência de alguma coisa*, de uma experiência vivida:

A primeira oposição que a fenomenologia faz ao positivismo é que não há fatos com a objetividade pretendida, pois não percebemos o mundo como um dado bruto, desprovido de significados; o mundo que percebo é um mundo para mim. Daí a importância dada ao sentido, à rede de significações que envolve os objetos percebidos: a consciência "vive" imediatamente como doadora de sentido (Aranha e Martins, 1986: 192).

A redução fenomenológica é em última instância, a redução transcendental: a consciência se autodescobre como essência pura e como constituidora ou produtora de essências ideais. Embora a fenomenologia reafirme a subjetividade transcendental, se afasta do idealismo transcendental kantiano, uma vez que não nega a realidade do mundo, apenas suspende todo e qualquer juízo acerca de sua existência empírica e o " eu puro" (subjetividade transcendental) se fundamenta na temporalidade e historicidade.

ESTRUTURALISMO

O todo é a soma das partes

Embora o uso da palavra "estrutura" não seja recente e tenha adquirido ao longo do tempo os mais diversos significados , no pensamento contemporâneo tornou-se a mola mestra de uma postura epistemológica denominada *estruturalismo*, que exerceu forte influência nas áreas da antropologia (Claude Lévi-Strauss) e da psicanálise (Lacan) e cujas raízes se encontram no domínio da lingüística (Ferdinand de Saussure).

Estrutura vem do latim *structura*, que deriva do verbo *struere*, cujo significado etimológico é construir (“construir edifícios”) . Dá-se o nome de estrutura ao modelo científico que preencher as seguintes condições:

Em primeiro lugar, uma estrutura oferece um caráter de sistema. Ela consiste em elementos tais que uma modificação qualquer de um deles acarreta uma modificação de todos os outros.
 Em segundo lugar, todo modelo pertence a um grupo de transformações, cada uma das quais corresponde a um modelo da mesma família, de modo que o conjunto destas transformações constitui um grupo de modelos.
 Em terceiro lugar, as propriedades indicadas acima permitem prever de que modo reagirá o modelo, em caso de modificação de um de seus elementos.
 Enfim, o modelo deve ser construído de tal modo que seu funcionamento possa explicar todos os fatos observados (Lévi-Strauss, 1976:13)

O estruturalismo adota uma posição totalizadora para o estudo dos fenômenos sociais: não é mais a parte (o indivíduo) que explica o todo, mas é o todo que deve explicar a parte. Segundo essa postura epistemológica, os fatos sociais são realidades independentes de outros planos da existência humana, são solidários e não podem ser estudados individualmente, como fenômenos isolados. Os fatos sociais devem ser analisados a partir de uma totalidade, como um sistema, e devem ser vistos em suas relações uns com os outros.

Dialética: a superação da contradição

A exemplo do que ocorreu com o termo *estrutura*, o termo dialética também tem sido empregado em sentidos diversos ao longo de toda a história da filosofia. Foi, no entanto, com George Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) que a palavra dialética assumiu cunho epistemológico, propiciando o surgimento de uma nova forma de abordagem do real, consubstanciada em teorias do conhecimento denominadas *idealismo dialético* (Hegel), *dialética* (Goldmann, Gramsci,Lukács, Lefebvre e outros) e *teoria crítica* (escola de Frankfurt).

Dialética

■ Do grego *dia*, que expressa a idéia de dualidade, troca, e *lektikós*, que significa “ apto à palavra”, “capaz de falar”. É a arte de discutir, de dialogar, que implica dualidade de razões, tensão entre opostos. [...] Método do materialismo histórico e processo do movimento histórico que considera a natureza: a) como um todo coerente em que os fenômenos se condicionam reciprocamente; b) como um estado de mudança e de movimentos; c) como o lugar onde o processo de crescimento das mudanças quantitativas gera, por acumulação e por saltos, mutações de ordem qualitativa; d) como a sede das contradições internas, seus fenômenos tendo um lado positivo e outro negativo, um passado e um futuro, donde a luta das tendências contrárias que gera o progresso (Marx-Engels) (Japiassu, 1986:248).

A dialética se fundamenta em duas proposições básicas:

- Identidade do real e racional: “ O que é racional é real e o que é real é racional”, na medida em que todo real é justificado racionalmente, já que a razão é movimento, é pensamento que se concretiza numa sucessão de idéias, origem da realidade e da história;
- A contradição como motor propulsor do desenvolvimento do pensamento e da história: “ O ser e o nada são uma só e mesma coisa”, ou seja, o pensamento é dinâmico e se processa através de contradições que são sistematicamente superadas e substituídas por novas contradições, resultado de um embate permanente entre o ser e o não-ser, presentes em cada coisa que existe no mundo, entre idéias que se opõem, revelando o caráter processual da própria realidade que se manifesta na história:

Para Hegel, a contradição é próprio motor do processo de evolução do real: toda afirmação aparece como momento provisório, que deve ser necessariamente negado para ser ultrapassado. Cada estágio fenomenal, cada estado individual ou coletivo, cada figura do real não vai permanecer idêntico a si mesmo o tempo todo: necessariamente, pela força do conflito interno, é impelido para se transformar no seu contrário. Mas também não fica aí muito tempo, pois é de novo lançado rumo a sua própria negação que envolve a recuperação dos aspectos positivos do primeiro momento e a criação de uma nova configuração (Severino, 1992: 135).

Contradição

- Oposição entre duas proposições incompatíveis, uma afirmado e a outra negando: o fato de afirmar e negar, ao mesmo tempo, algo de uma mesma coisa (Japiassu, 1986:247).

Para melhor entender a dialética hegeliana é preciso retomar a velha polêmica instaurada por Parmênides e Heráclito: “O ser é e não pode não ser”, dizia Parmênides, dando origem ao princípio da identidade (um ente não pode ser e não ser ao mesmo tempo: ou ele é ou ele não é); “O que existe não é o ser, mas o que vem a ser. Tudo muda, nada permanece, afirmava Heráclito, elegendo o movimento como essência do universo.

Até o século XIX, o princípio de identidade permaneceu inquestionado. No entanto, Hegel resgata Heráclito e estabelece um novo princípio lógico: o princípio da contradição, segundo o qual a evolução de todo o real e de cada ente em particular se fundamenta no movimento e na transformação possível que se processa segundo uma tríade de elementos inter-relacionados : tese- antítese e síntese.

Tese: afirmação de uma idéia, momento da identidade; antítese : negação da tese e afirmação de uma idéia oposta relacionada à própria tese, momento da contradição ou negação “anti-tese” (não-tese, o que se opõe à tese); e síntese: negação da negação, ou seja, negação da antítese, momento da superação , da conciliação e da positividade, na medida em que a síntese é sempre um avanço em relação aos momentos anteriores e representa a constituição de uma nova tese, que desencadeia novamente o processo dialético:

As coisas vão evoluindo, vão mudando porque no seu próprio interior elas contêm sua própria negação, cada coisa sendo, portanto, ao mesmo tempo, igual a si mesma e ao seu contrário. Por isso, todas elas são atravessadas por um conflito interno, a luta dos contrários, que as obriga a mudar passando sempre por um momento de afirmação, por um momento de negação e por um momento de superação, cada um deles se posicionando em relação ao seu anterior (Severino , 1992: 135).

A dialética hegeliana é, pois , uma postura epistemológica que se fundamenta na identidade entre o real e o racional, entre o sujeito e o objeto, e elege o princípio de contradição como elemento central do processo trifásico de evolução e transformação da realidade e da história. Mais do que uma forma de abordagem e compreensão do real, a dialética possibilitou uma superação da oposição entre filosofia e ciência, entre sujeito e objeto, que se instalou no âmbito dos paradigmas epistemológicos vigentes na modernidade, e tem se afirmado como postura epistemológica não somente nas ciências sociais mas também no contexto das ciências naturais.

Idealismo e realismo, como expressões do modo metafísico de pensar, vigente durante a Idade Antiga e a Idade Média; racionalismo e empirismo, como paradigmas que instauraram a

epistemologia moderna e abrem caminho para o iluminismo, o positivismo, o neopositivismo ou empirismo lógico, a fenomenologia, o estruturalismo e a dialética, que condensam as principais posturas gnoseológicas contemporâneas, constituem o referencial teórico da teoria do conhecimento.

LEITURAS COMPLEMENTARES

O racionalismo, o empirismo, o idealismo e o positivismo podem ser considerados quatro posturas epistemológicas basilares no âmbito da teoria do conhecimento, das quais derivou o conjunto de abordagens que caracterizam a epistemologia contemporânea. Dessa forma optamos por uma seleção de textos dos seus principais representantes, respectivamente, Descartes, Locke, Kant e Comte.

1. RACIONALISMO

[Eu sou uma coisa que pensa]

Para Descartes, o conhecimento é resultado do ato de pensar. Somente a razão pode proporcionar idéias claras e distintas sobre o real. Ela fundamenta a existência humana e a possibilidade de se fazer ciência.

Suponho [...] que todas as coisas que vejo são falsas; persuado-me de que jamais existiu tudo quanto a minha memória referta de mentiras me apresenta; penso não possuir nenhum sentido; creio que o corpo, a figura, a extensão, o movimento e o lugar são apenas ficções de meu espírito. O que poderá, pois, ser considerado verdadeiro? Talvez nenhuma outra coisa a não ser que nada há no mundo e certo [...]

Mas que sei eu, se não há nenhuma outra coisa diferente das que acabo de julgar incertas, da qual não se possa ter a menor dúvida? Não haverá algum Deus, ou alguma potência, que me ponha no espírito tais pensamentos? Isso não é necessário; pois talvez seja eu capaz de produzi-los por mim mesmo. Eu então, pelo menos, não serei alguma coisa? Mas já neguei que tivesse qualquer sentido ou qualquer corpo. Hesito no entanto, pois que se segue daí? Serei de tal modo dependente do corpo e dos sentidos que não possa existir sem eles? Mas eu me persuadi de que nada existia no mundo, que não havia nenhum céu, nenhuma terra, espíritos alguns, nem corpos alguns: não me persuadi também, portanto, de que eu não existia? Certamente não, eu existia sem dúvida, se é que eu me persuadi, ou, apenas pensei alguma coisa. Mas há algum, não sei qual, enganador mui poderoso e mui ardiloso que emprega toda a sua indústria em enganar-me sempre. Não há, pois, dúvida alguma de que sou, se ele me engana; e, por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa. De sorte que, após ter pensado bastante nisto e de ter examinado cuidadosamente todas as coisas, cumpre enfim concluir e ter por constante que esta proposição, eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito. [...]

O pensamento é um atributo que me pertence; só ele não pode ser separado de mim. Eu sou, eu existo: isto é certo; mas por quanto tempo? A saber, por todo o tempo em que eu penso; pois poderia, talvez, ocorrer que, se eu deixasse de pensar, deixaria ao mesmo tempo de ser ou de existir. Nada admito agora que não seja necessariamente verdadeiro: nada sou, pois, falando precisamente, senão uma coisa que pensa, isto é, um espírito, um entendimento ou uma razão, que são termos cuja significação me era anteriormente desconhecida. Ora, eu sou uma coisa verdadeira e verdadeiramente existente; mas que coisa? Já o disse: uma coisa que pensa [...]

Mas o sou eu, portanto? Uma coisa que pensa. Que é uma coisa que pensa? É uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina também e que sente.

Descartes, René. *Meditações* . In: Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973. v. XV, p.99-103.

O método de Descartes (Método Dedutivo)

Ao lado de Galileu e bacon, no mesmo século , surge Descartes. Com sua obra , Discurso sobre o método, afasta-se dos processos inditivos, originando o método dedutivo. Para ele, chega-se à certeza , através da razão, princípio absoluto do conhecimento humano:

Postula quatro regras:

- a) a da *evidência* - “ não acolher jamais como verdadeira uma coisa que que não se reconheça evidentemente como tal, isto é, evitar a precipitação e o preconceito e não incluir juízos, senão aquilo que se apresenta com tal clareza ao espírito que torne impossível a dúvida”;
- b) a da *análise* – “ dividir cada uma das dificuldades em tantas partes quantas necessárias para melhor resolvê-las”;
- c) a da *síntese* - conduzir ordenadamente os pensamentos, principiando com os objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, em seguida, pouco a pouco, até o conhecimento dos objetos que não se disponham, de forma natural, em seqüências de complexidade crescente;
- d) a da *enumeração* – “ realizar sempre enumerações tão cuidadas e revisões tão gerais que se possa ter certeza de nada haver omitido”(Hegenberger, 1976: 117-8).

In: Lakatos & Marconi. *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 1986, p. 44-5)

2. EMPIRISMO

As idéias em geral e sua origem

Opondo-se a Descartes, Locke mostra que as idéias têm a experiência como fonte , ou seja, o conhecimento inicialmente encontra sua origem nos sentidos. Não há idéias inatas.

Idéia é o objeto do pensamento. Todo homem tem a consciência de que pensa e que, quando está pensando, sua mente se ocupa de idéias. Por conseguinte, é indubitável que as mentes humanas têm várias idéias, expressas , entre outras, pelos termos brancura, dureza, doçura, pensamento, movimento, homem, elefante, exército, embriaguez. Disso decorre a primeira questão a ser investigada: como elas são apreendidas? [...]

O objeto da sensação é uma fonte de idéias. Primeiro, nossos sentidos, familiarizados com os objetos sensíveis particulares, levam para a mente várias e distintas percepções das coisas, segundo os vários meios pelos quais aqueles objetos os impressionaram. Recebemos, assim, as idéias de amarelo, branco, quente, frio , mole , maduro, amargo, doce, e todas as idéias que denominamos qualidades sensíveis. Quando digo que os sentidos levam para a mente, entendo isso que eles retiram dos objetos externos para a mente o que lhes produziu essas percepções. A essa grande fonte da maioria de nossas idéias, bastante dependente de nossos sentidos, dos quais se encaminham para o entendimento, denomino sensação.

As operações de nossas mentes consistem na outra fonte de idéias. Segundo a outra fonte pela qual a experiência supre o entendimento com idéias, é a percepção das operações de nossa própria mente que se ocupa das idéias que lhe pertencem. Tais operações, quando a alma começa a refletir e a considerar, suprem o entendimento com outra série de idéias que não poderia ser obtida das coisas externas, tais como a percepção, o pensamento, o duvidar, o crer, o raciocinar, o conhecer, o querer e todos os diferentes atos de nossas próprias mentes. Tendo disso consciência, observando esses atos em nós mesmos, nós os incorporamos em nossos entendimentos como idéias distintas, do modo que fazemos com os corpos que impressionam nossos sentidos. Toda gente tem essas fontes de idéias complementares em si mesma; e, embora não a tenha sentido como relacionada com os objetos externos, provavelmente ela está e deve ser propriamente chamada de sentido interno. Mas, como denomino a outra sensação, denomino esta reflexão: idéias que se dão ao luxo de serem tais apenas quando a mente reflete acerca de suas próprias operações. [...]

Todas as nossas idéias derivam de uma ou de outra fonte. Parece-me que o entendimento não tem o menor vislumbre de quaisquer idéias se não as receber de umas das duas fontes. Os objetos externos suprem a mente com as idéias das qualidades sensíveis, que são todas diferentes percepções produzidas em nós, e a mente supre o entendimento com idéias através de suas próprias operações.

Quando efetuarmos uma investigação completa de ambos, de seus vários modos, combinações e relações, descobriremos que eles contêm todo o nosso estoque de idéias, e que não temos nada em nossas mentes a não ser o derivado de um desses dois meios. Se alguém examinar seus próprios pensamentos, dir-me-á, então, se todas as idéias originais que lá estão são algo mais do que os objetos de seus sentidos, ou das operações de sua mente encarada como objeto de reflexão; e, por mais ampla que seja a massa de conhecimentos lá localizada, por mais que ele imagine, verá, assumindo um ponto de vista estrito, que não tem idéia alguma em sua mente, a não ser o que foi por uma dessas duas impresso, embora talvez compostas em infinita variedade e ampliadas pelo entendimento.

Locke, John. Ensaio acerca do entendimento humano. In: Os Pensadores: S. Paulo: Abril, 1973. v. XVIII, p.165-6.

3. IDEALISMO

O conhecimento começa com a experiência

Kant afirma que todo e qualquer conhecimento tem início com a experiência, que pode ocorrer com ou sem a verificação empírica.

Não há dúvida de que todo o nosso conhecimento começa com a experiência; do contrário, por meio de que deveria o poder de conhecimento ser despertado para o exercício senão através de objetos que impressionam os nossos sentidos e em parte produzem por si próprios representações, em parte põem em movimento a atividade do nosso entendimento a fim de compara-las, conecta-las ou separa-las, e deste modo trabalhar a matéria bruta das impressões sensíveis com vistas a um conhecimento dos objetos que se chama experiência? Segundo o tempo, portanto, nenhum conhecimento precede em nós a experiência, e todo o conhecimento começa com ela.

Mas, embora todo o nosso conhecimento comece com a experiência, nem por isso se origina todo ele justamente da experiência. Pois bem poderia acontecer que mesmo o nosso conhecimento de experiência seja um composto do que recebemos por meio de impressões e do nosso próprio poder de conhecimento (apenas provocado por impressões sensíveis) fornece de si mesmo - cujo

aditamento não distinguimos daquela matéria – prima –, até que um longo exercício nos tenha chamado a atenção para ele e nos tenha tornado capazes de abstraí-lo.

É, portanto, uma questão que requer pelo menos uma investigação mais pormenorizada e não pode resolver-se à primeira vista, a saber, se existe um tal conhecimento independente da experiência e inclusive de todas as impressões dos sentido. Tais conhecimentos denominam-se a priori e distinguem-se dos conhecimentos empíricos, que possuem as suas fontes a posteriori, ou seja, na experiência.

Todavia, aquela expressão não é ainda suficientemente determinada para designar de modo adequado o sentido completo da questão proposta. Com efeito, costuma-se dizer, a respeito de muito conhecimento derivado de fontes da experiência, que somos capazes ou participantes dele a priori, porque o derivamos não imediatamente da experiência, mas de uma regra geral, que não obstante tomam, os emprestada da experiência. Assim, diz-se de alguém que solapou os fundamentos da sua casa: ele podia saber a priori que a casa desmoronaria, quer dizer, não precisava esperar pela experiência do seu desmoronamento efetivo. Ele não podia, contudo, saber inteiramente a priori, pois o fato de os corpos serem pesados e de eles, portanto, caírem quando lhes são tirados os sustentáculos devia ser-lhe conhecido antes pela experiência.

Por conhecimentos a priori entenderemos, portanto, no que se segue, não os que realizam independentemente desta ou daquela experiência, mas absolutamente independente de toda a experiência. Opõem-se a eles os conhecimentos empíricos ou aqueles que são possíveis apenas a posteriori, isto é, por meio da experiência. Dos conhecimentos a priori denominam-se, porém, puros aqueles aos quais não se mescla nada de empírico. Assim é, por exemplo, a proposição: cada mudança tem sua causa; uma proposição a priori, porém não pura, porque mudança é um conceito que só pode ser tirado da experiência.

Kant, Immanuel. Crítica da razão pura. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1974. v. XXV, p.23-4.

4. POSITIVISMO

Ver para prever

Para Comte, o conhecimento tem início com a observação dos fatos. Para uma “especulação científica sadi”, propõe abandonar a busca das causas e pesquisar as leis que regem os fenômenos observados.

A revolução fundamental, que caracteriza a virilidade de nossa inteligência, consiste essencialmente em substituir em toda parte a inacessível determinação das causas propriamente ditas pela simples pesquisa das leis, isto é, relações constantes que existem entre fenômenos observados. Quer se trate dos menores quer dos mais sublimes efeitos, do choque ou da gravidade, do pensamento ou da moralidade, deles só podemos conhecer as diversas ligações mútuas próprias à sua realização, sem nunca penetrar no mistério de sua produção. [...]

Nas leis dos fenômenos consiste realmente a ciência, à qual os fatos propriamente ditos, em que pesem a sua exatidão e o seu número, não fornecem mais do que os materiais indispensáveis. Ora, considerando a destinação constante dessas leis, pode-se dizer, sem exagero algum, que a verdadeira ciência, longe de ser formada por simples observações, tende sempre a dispensar, quanto possível, a exploração direta, substituindo-a por essa previsão racional que constitui, sob todos os aspectos, o principal caráter do espírito positivo, como o conjunto dos estudos astronômicos nos fará sentir claramente. Tal previsão, consequência necessária das relações constantes das descobertas

entre os fenômenos, não permitirá nunca confundir a ciência real com essa vã erudição, que acumula maquinalmente fatos sem aspirar a deduzi-los uns dos outros. Esse grande atributo de todas as nossas especulações sadias não interessa menos à sua utilidade efetiva do que à sua própria dignidade; pois a exploração direta dos fenômenos acontecidos não bastará para nos permitir modificar-lhes o acontecimento, se não nos conduzisse a prevê-los convenientemente. Assim, o verdadeiro espírito positivo consiste sobretudo em ver para prever, em estudar o que é, a fim de concluir disso o que será, segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais.

Comte, Augusto. Discurso sobre o espírito positivo. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973. v. XXXIII, p.54-6.

Para refletir e responder

1. Se lhe perguntassem “O que é o conhecimento?”, o que você responderia?
2. Racionalismo e empirismo são dois paradigmas epistemológicos que tentam explicar a origem do conhecimento. Analise cada um deles, indicando pontos de convergência e pontos de divergência. Consulte também os textos de Descartes e Locke nas Leituras Complementares para elaborar a resposta.
3. Diante da possibilidade ou não do conhecimento, há duas posturas denominadas dogmatismo e ceticismo. Dê dois exemplos de situações concretas que evidenciem o sujeito dogmático e o sujeito cético.
4. O que você entende pela afirmação: “O conhecimento é uma relação entre sujeito e objeto”?
5. “Não existem limites ao conhecimento humano.” Comente essa afirmação.
6. Você concorda ou não com a afirmação de que a mente humana é uma folha de papel em branco a ser preenchida pela experiência (sensação e reflexão)? Discuta com seus colegas e professor. Utilize as idéias do capítulo.
7. Idealismo e positivismo são duas posturas epistemológicas que resultaram da síntese efetuada por Kant entre racionalismo e empirismo. Explicite cada uma delas e aponte os principais aspectos que as tornam divergentes. Consulte as Leituras Complementares.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

1. No item “A evolução dos paradigmas epistemológicos” você teve oportunidade de verificar a existência de diversas teorias, muitas vezes conflitantes. A seu ver, qual delas explica melhor o processo do conhecimento humano? Justifique sua escolha.
2. Cada grupo da classe estuda um dos paradigmas epistemológicos analisados no capítulo. Depois apresenta-os aos colegas utilizando alguns recursos criativos (dramatização, colagem, jogral, mímica, etc), de modo que a teoria do conhecimento escolhida seja adivinhada pelos demais.
3. Diz-se que a maioria dos pressupostos do positivismo científico está superada hoje em dia. Isso porque o observador sempre seleciona dados da realidade a partir de escolhas subjetivas (“este dado e não aquele”, por exemplo). O que você e seu grupo pensam disso? Entreviste outras pessoas perguntando a elas como analisam a questão.
4. Selecione poemas, letras de música, obras de arte, livros ou artigos de revistas que apresentem como tema a busca da verdade. Depois, com a ajuda do professor, faça um trabalho-síntese sobre o capítulo, utilizando o material reunido. O texto que se segue, do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, pode servir de subsídio:

Mudei-me da casa dos eruditos e bati a porta ao sair. Por muito tempo a minha alma assentou-se faminta à sua mesa. Não sou como eles, treinados a buscar o conhecimento como especialistas em rachar fios de cabelo ao meio. Amo a liberdade.

Amo o ar sobre a terra fresca. É melhor dormir em meio às vacas que em meio às suas etiquetas e respeitabilidades.

Bibliografia

SOUZA, Sonia Maria Ribeiro de. Um outro olhar: filosofia. São Paulo: FTD, 1995, p. 71-97.